

O Acordo Interno de Trabalho dos professores historicamente vem mantendo conquistas da categoria que ultrapassam as cláusulas da Convenção Coletiva do Sinpro-SP. Este ano, o texto assinado pela diretoria da APROPUC e Fundação São Paulo, Fundasp, no dia 31/3, além de manter essas conquistas, amplia os direitos de professores e seus dependentes sobre o acordo anterior.

Em primeiro lugar, a cláusula 22 garantia ao professor demitido sem justa causa a manutenção da bolsa até o seu final, caso o professor já tivesse concluído 70% do curso. No texto atual esse direito foi estendido aos seus dependentes.

Até o acordo passado, o chamado auxílio-creche era garantido somente se o professor se utilizasse da creche conveniada à PUC-SP. Agora esse direito foi ampliado para a creche que o docente escolher, na forma de reembolso, até o limite do valor pago pela PUC-SP à creche conveniada.

Os professores substituídos anteriormente tinham vedados os acessos a determinados procedimentos da universidade como participar de concurso de ingresso, participar de processos eletivos para cargos como chefia, coordenação e direção, entre outros, assumir horas administrativas ou de capacitação docente. A partir do

NOVO ACORDO INTERNO AMPLIA CONQUISTAS DOCENTES



Diretoria da APROPUC e Fundação São Paulo assinam o texto do novo Acordo Interno de Trabalho

VICTORIA AZEVEDO

cional noturno, que hoje começa às 22h e teria seu início antecipado para as 21h35, hora em que começam as aulas após o intervalo. A decisão ainda deverá passar por uma discussão de viabilidade financeira para depois ser incorporado ao acordo sob forma de aditamento.

O texto do novo Acordo Interno deverá estar disponível no site da entidade já nos próximos dias.

REAJUSTE SALARIAL E 7,66%

Na reunião o secretário-executivo da Fundação informou que na folha de março/2015 será incorporado o 1% aos professores que não assinaram o acordo sobre os 7,66% e aos demais

que ingressaram na universidade antes de 2005, será anexado à base salarial o 1% que antes constava como vantagem pessoal. Já os valores referentes ao primeiro pagamento da dívida acumulada, serão repassados pela FUNDASP em 30/4 ao Sinpro-SP, que na sequência efetivará o pagamento aos docentes.

Sobre o reajuste anual, como as mantenedoras paralisaram as negociações, a Fundação deverá antecipar no dia 20/4, em folha complementar 5% do índice de reajuste. O percentual para reajuste proveniente da cesta de indicadores chegou a 7,41%.

atual acordo essas proibições têm valor efetivo para o professor substituído por tempo determinado, garantindo-se àqueles substituídos por tempo indeterminado a possibilidade de participar dessas práticas.

No capítulo referente à licença e redução parcial para qualificação acadêmica foram definidos os critérios de professor efetivo para acesso ao benefício.

O adiantamento salarial e o auxílio-escola tiveram reajuste além da inflação, indo o primeiro de R\$ 1.500,00 para R\$ 2.000,00 e o segundo de R\$ 456,00 para R\$ 530,00.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

O novo texto teve avanços não só financeiros, mas também sociais. A licença adoção, por exemplo, que antes era concedida somente aos casais heterossexuais, agora teve seu texto ampliado contemplando também casais homossexuais ou homens que adotem filhos com licença remunerada por 120 dias.

Já a licença em caso de doença de filhos e cônjuges foi estendida para companheiros e companheiras.

A APROPUC solicitou ainda a mudança do adi-

Funcionários discutem acordo interno, reajuste e eleições

Os funcionários administrativos da PUC-SP realizaram assembleia na terça-feira, 31/3 para tratar, entre outros assuntos, do acordo interno da categoria, o reajuste salarial e as eleições da AFAPUC. No item de informes a diretoria colocou que os processos que os funcionários movem contra a Fundação São Paulo ainda continuam na mesma situação da última assembleia.

O abono da Participação nos Lucros e Resultados, PLR, deverá ser encaminhado pela Justiça do Trabalho nesta quinta-feira, 7/4, mas o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo informou que enquanto não houver uma resposta da Receita Federal a PUC-SP deverá recorrer em todas as instâncias.

Quanto ao acordo interno, a AFAPUC informou que foi fechado o texto base para este ano e que dele constam muito poucas novidades. Além da atualização monetária de alguns benefícios foi alterado o item que garan-

te a manutenção da bolsa para funcionários demitidos que concluíram 70% de seu curso. Agora essa cláusula vale também para os dependentes de funcionários. Quanto ao item relativo ao abono de faltas a diretoria informou que ele não foi incluído neste acordo mas deverá ser discutido por uma comissão de funcionários e levado para a Fundasp.

REAJUSTE SALARIAL

Quanto ao reajuste a diretoria da entidade informou que, da mesma forma que acontecerá com os professores, haverá em abril uma antecipação de 5% em folha complementar, até que seja definido um novo índice para o reajuste.

Já quanto às eleições para a diretoria da AFA-PUC e de seu Conselho Fiscal, que deverão acontecer dentro de no máximo 60 dias, foi eleita uma comissão eleitoral composta pelos funcionários Maria Aparecida Alves de Souza, Ronaldo Martins e Rivaldo Carlos Oliveira.



Funcionários e Fundasp assinam o acordo interno da categoria

AFAPUC apresenta seu balanço anual

Abaixo reproduzimos o balanço da AFAPUC referente ao ano de 2014

ATIVO

Circulante	
<i>Disponível</i>	
Caixa e Bancos	27.021,42
Total Disponibilidades	27.021,42
Realizável a Curto Prazo	
Contribuições Associativas	19.381,32
Outros Créditos	391.857,26
Total Realizável a Curto Prazo	411.238,58
Total do Circulante	438.260,00
Permanente	
Bens em Operação	19.026,44
Total do Permanente	19.026,44
Total do Ativo	457.286,44

PASSIVO

Circulante	
Fornecedores	63.579,71
Encargos Trabalhistas	3.776,70
Total do Passivo Circulante	67.356,41
Patrimônio Social	398.061,74
Deficit do Exercício	-8.131,71
Total do Passivo	457.286,44

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2014

Receitas	
Contribuição de Associados	194.811,78
Repasso de Promoções	41.098,41
Doações	1.000,00
Receita Financeira	164,20
Total de Receitas	237.074,39
Despesas	
Tributárias	2.083,10
Administrativas	241.966,30
Financeiras	1.156,70
Total das Despesas	-245.206,10
Deficit do Período	-8.131,71

A Diretoria

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Terceirização da atividade-fim ameaça novo retrocesso nas relações de trabalho

O STF deve em breve decidir sobre o conceito de atividade-fim na terceirização. Julgamento, que será um divisor de águas, produzirá impacto imediato em milhares de processos, devido à já admitida repercussão geral da matéria.

A terceirização é um fenômeno profundamente infiltrado nas principais economias globais. No Brasil, há registros de sua aplicação tal como a conhecemos desde a década de 70, embora ainda não sob esta denominação. Nos anos 80 o fenômeno passou por um processo de amadurecimento e consolidação.

Mas foi na década de 90, em tempos de acirramento da pressão pela desregulamentação do mercado de trabalho formal que a terceirização ganhou realmente impulso, expandindo-se em larga escala, fato que acabou atraindo uma maior atenção do Poder Judiciário. Àquela altura, buscava-se a todo custo “flexibilizar” a legislação trabalhista, tida como um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico do país.

Diante da ausência de lei tratando de forma específica sobre o assunto e do uso desenfreado e - não raro - abusivo do instituto, coube ao judiciário o papel de pautar precariamente a questão por intermédio da edição de ‘Súmulas’.

Com edição da Súmula 331, de 1993, o Tribunal Superior do Trabalho deu os contornos objetivos que até hoje prevalecem e servem de parâmetro para o que se considera uma terceirização lícita. Essas são as quatro únicas hipóteses de terceirização

admitidas atualmente: 1) Contratação de trabalho temporário de que trata a Lei n. 6.019/74; 2) Atividades de conservação e limpeza regidas pela Lei n. 5.645/70; 3) Serviço de vigilância bancária a que alude a Lei n. 7.102/83; 4) Serviços especializados, que constituam atividades-meio do tomador, desde que inexistentes a personalidade e a subordinação entre a empresa favorecida (tomadora) e o trabalhador terceirizado.

O que se tem pela frente, muito provavelmente ainda este ano, é a possibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) rever as regras acima. Essa possibilidade se tornou real porque está na pauta da mais alta corte do país julgar o mérito de um recurso extraordinário apresentado por uma produtora de celulose, a Cenibra - Celulose Nipo Brasileira S.A, condenada por contratar terceiros para o desenvolvimento de suas atividades de florestamento e reflorestamento, considerada pela Justiça do Trabalho sua atividade-fim.

A ação civil teve origem em denúncia formalizada no ano de 2001 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeira e Lenha de Capelinha e Minas Novas, relatando a precarização das condições de trabalho no manejo florestal do eucalipto para a produção de celulose.

Ainda na fase de investigação, fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas em fazendas da Cenibra localizadas no interior de Minas constataram a existência de contratos de prestação de serviços para a exploração de atividades-fim da empresa, ligadas ao manejo florestal

(produção de eucalipto para extração de celulose). A condenação, imposta pela Justiça do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), foi mantida em todas as instâncias pela Justiça trabalhista.

No recurso derradeiro, dirigido ao Supremo, a empresa alegou que não existe definição jurídica exata do significado das expressões “atividade-meio” e “atividade-fim”. Sustenta, ainda, que tal distinção contraria as mais modernas técnicas produtivas. Por fim, ressalta que a proibição da terceirização de atividade-fim alicerçada em uma Súmula violaria o princípio da legalidade de que trata o inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.

Embora ninguém saiba exatamente qual será o desfecho da questão no Supremo, três possibilidades parecem despontar. A primeira seria o cancelamento da Súmula 331 do TST, sob o fundamento dela ser inconstitucional. Essa hipótese abriria um hiato, com consequências imprevisíveis.

Na segunda, o STF poderia reafirmar a necessidade de lei para disciplinar o tema,

mas, ao invés de julgar o mérito da questão, daria prazo para o Congresso Nacional enfim ‘legislar’ sobre a matéria, assim como quando foram apreciados mandados de injunção que postulavam a instituição do aviso prévio proporcional, iniciativas que acabaram resultando na aprovação da Lei n.º 12.506/2011, que estabeleceu o aviso prévio complementar.

A terceira seria o não acolhimento do recurso apresentado, o que, em termos práticos, redundaria na preservação da Súmula 331 tal como ela se encontra.

Não há dúvida de que o advento de uma lei que viesse a dispor sobre a matéria criaria um ambiente de maior segurança jurídica para todos os envolvidos.

Mas devemos evitar a todo custo iniciativas que direta ou indiretamente possam representar recuo ou retrocesso, consubstanciadas na criação de regras excessivamente permissivas, pois isso poderá abrir caminho para o avanço da precarização nas relações do trabalho.

Assessoria Jurídica da APROPUC

Luta contra a barbárie

A APROPUC se posiciona contra todas as formas de precarização das relações de trabalho e contra a retirada de conquistas e direitos dos trabalhadores. Por isso mesmo denuncia as manobras institucionais – no Judiciário e no Legislativo – para permitir a terceirização de atividade-fim, o que significa legalizar novos mecanismos de exploração dos trabalhadores e a redução da proteção social que existe atualmente.

A terceirização de atividade-meio já levou um enorme contingente de trabalhadores a ter um rebaixamento das condições de trabalho, inclusive dentro da Universidade. Não podemos compactuar com mais essa medida de selvageria na sociedade brasileira. Contra a precarização do trabalho! Contra a terceirização! Pelo trabalho decente e pela dignidade dos trabalhadores.

Diretoria da APROPUC

Assalto no Prédio Novo coloca em questão a segurança da PUC-SP

Na madrugada de sábado, 28/3, assaltantes armados entraram no Prédio Novo e levaram o dinheiro de dois caixas eletrônicos localizados no térreo do prédio. Os assaltantes renderam os seguranças e, após danificarem os caixas com maçaricos, entraram nas dependências do subsolo onde são guardados os equipamentos que registram tudo aquilo que é gravado pelas câmeras de segurança.

Ainda não se sabe o valor do assalto e a PUC-SP não se manifestou sobre o ocorrido. Algumas notas publicadas pela grande imprensa insinuavam que o assalto tinha relação com o sarau que era realizado naquele momento no campus Monte Alegre. Essas notícias provocaram grande revolta entre os alunos da universidade que responderam em seus sites e blogs, como o Prainha Herald, cuja matéria reproduzimos nesta edição.

FUNCIONÁRIOS

Na assembleia dos funcionários o assunto também foi tema de discussão, mostrando a preocupação do corpo administrativo com a precariedade da segurança do campus, principalmente para um dos setores da universidade que permanecem no campus até o final do expediente. A assembleia levantou como uma das possibilidades a realização de debates entre os professores, funcionários e estudantes visando encontrar soluções para o problema.

A Reitoria e parte da mídia parecem viver num mundo paralelo à realidade. Quem lê a seguinte manchete no G1 "Bando vai a festa na PUC, faz reféns e rouba dinheiro de caixa eletrônico", pensa que no meio de um típico baile funk carioca, alunos foram feitos de reféns enquanto assaltantes explodiam um caixa eletrônico. Já quem vai atrás dos relatos de quem estava no local, percebe que a realidade é diametralmente oposta: os assaltantes não foram à "festa" e não tiveram acesso aos caixas eletrônicos dentro do prédio por meio dela, mas vieram pela rua Ministro de Godói onde renderam os funcionários. Aliás, segundo testemunhas oculares, não acontecia nenhuma "festa", mas um pequeno sarau organizado por estudantes. Outros estudantes ouvidos por nosso repórter, que se encontravam no local na hora do crime, disseram que nem sequer viram ou ouviram o delito que acontecia no prédio novo às escuras e só foram se dar conta de tudo quando a polícia chegou.

Testemunhas da segurança interna do campus, que preferem não se identificar, relataram à nosso repórter que suspeitam que (ex) funcionários ou seguranças tivessem encomendado o assalto. Tudo foi tão planejado que a hipótese não é descartável. Uma vez que os maçaricos usados para abrir o caixa estavam escondidos dentro da própria Universidade.

Os seguranças também apontam para outra suspeita: os assaltantes tinham conhecimento do desligamento da luz, fator crucial para o sucesso da operação. Em fevereiro a Reitoria baixou um decreto desligando as lu-

PUC-SP: mídia e Reitoria distorcem os fatos. O que de fato ocasionou o assalto aos caixas?



Um dos caixas eletrônicos do Prédio Novo após o assalto

zes a fim de acabar com as festas. Porém todos sabem que sem luz, e conseqüentemente sem câmera, o ambiente se torna ideal para a prática do crime.

Em suma, mais essa medida da Reitoria se mostrou um fracasso, pois sem luz os eventos estudantis continuaram acontecendo, enquanto outras surpresas nada bem vindas se tornaram novidade. Muitos a essa altura já estão sonhando com catracas na PUC-SP, mas pensem: nenhuma catraca evitaria um assalto como este tão bem planejado. Assim como nenhuma das milhares de câmeras foram capazes de prevenir esta ação.

É cedo para saber quem é o culpado pelo assalto, mas asso-

ciar o ocorrido com festas ou culpar os estudante é desviar o foco do real problema que causou esta infelicidade: dois caixas cheios de dinheiro dentro de uma Universidade no escuro. A única certeza que podemos ter até momento é que o desligamento da luz foi uma medida inconsequente. Só falta agora a Reitoria culpar os próprios estudantes pelo fato da PUC-SP estar perdendo 361 estudantes anualmente.

Matéria publicada noblog Prainha Herald no endereço eletrônico prainhabt.wordpress.com/2015/03/30/puc-sp-midia-e-reitoria-distorcem-os-fatos-o-que-de-fato-ocasionou-o-assalto-aos-caixas/

FALA COMUNIDADE

Em defesa do curriculum vitae personalizado

A imposição da plataforma Lattes violenta direitos individuais e coletivos

Hamilton Octavio de Souza

Pelo menos três professores do curso de Jornalismo, Luiz Carlos Ramos, Sérgio Pinto de Almeida e eu, temos debatido e defendido que, em determinadas circunstâncias, profissionais que não optaram pela carreira acadêmica, devam ter a liberdade de apresentar o seu próprio curriculum vitae em formato personalizado, próprio, sem a necessidade de fazê-lo, compulsoriamente, na forma padronizada da plataforma Lattes.

Essa questão foi suscitada depois que o diretor da Faficla, professor Marcio Alves da Fonseca, do Departamento de Filosofia, enviou ofício ameaçador a alguns professores, no qual afirma que o não cumprimento dessa exigência constitui falta grave punível com as medidas administrativas cabíveis. Ele alega que a avaliação do curso pelo Inep/MEC exige currículo padronizado pela plataforma Lattes.

A nossa defesa, exposta em carta e em conversa com comissão designada pelo Conselho da Faculdade, está fundamentada em vários argumentos, desde a Constituição Federal, o Estatuto da PUC-SP, a origem de nosso contrato de trabalho na Universidade, até o objetivo original da plataforma Lattes, as distorções ocorridas nesse instrumento e as inúmeras críticas que se avolumam em todas as áreas de conhecimento contra a ditadura do Lattes.

No nosso caso, somos todos jornalistas profissionais em plena atividade na imprensa. Fomos contratados pela PUC-SP justamente para agregar ao curso de Jornalismo o conhecimento da prática jornalística, já que o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo contemplava o diá-

logo entre a experiência profissional e os estudos acadêmicos. Com 26 anos, 30 anos e 33 anos de trabalho na Universidade, respectivamente, mantemos o compromisso original. A nossa produção não é acadêmica, é notadamente jornalística.

Com todos esses anos de dedicação ao Jornalismo da PUC-SP, jamais ingressamos na carreira acadêmica. Mesmo com o acúmulo de experiência na atividade docente, com a evidente aquisição e aperfeiçoamento de instrumental teórico e metodológico, optamos em continuar vinculados à carreira profissional de jornalistas, o que possibilitou a incorporação de novos conteúdos ao próprio curso de Jornalismo. Ou seja, o curso de Jornalismo só teve ganhos com a nossa opção.

Entendemos perfeitamente que a plataforma Lattes seja difundida e utilizada por professores que optaram pela carreira acadêmica, pesquisadores e cientistas. O próprio professor Evandro Mirra de Paula e Silva, um dos responsáveis pela implantação do Lattes no CNPq, afirmou, em conversa pessoal com Sérgio Pinto de Almeida, alguns dias atrás, que a implantação da plataforma já em 1999, obedeceu a um princípio de acordo e adesão dos interessados e não de obrigação coercitiva. O que se buscava era, ao mesmo tempo, um instrumento que favorecesse a informatização das Agências e Instituições de Pesquisa e que permitisse uma visão de conjunto da produção de conhecimento no ambiente acadêmico.

Da mesma forma, a professora Jeanne Marie Gagnebin, do Departamento de Filosofia da PUC-SP e reconhecida internacionalmente, em entrevista ao Suplemento Cultural de Pernambu-

co (Publicada em 27.01.2015), afirma que ficamos todos escravos do Lattes, que oferece uma transparência opaca sobre a vida acadêmica das pessoas porque não diz respeito nem à qualidade dos textos escritos nem à qualidade do ensino, a meu ver fundamental na atuação de um professor. Para ela, essa lógica produtivista caracteriza o capitalismo concorrencial que expressa o triunfo do valor de troca sobre o valor de uso.

O Estatuto da PUC-SP, documento maior da Universidade, deixa claro, no artigo 95, que "O Quadro de pessoal docente é composto por professores que integram a carreira do magistério, o quadro provisório e o quadro em extinção". Da mesma forma, o artigo 239 do Regimento Interno diz que o chamado Quadro em Extinção é composto pelos professores não enquadrados ou que optaram por não ingressar na carreira do magistério. Ou seja, a diferenciação contempla um direito líquido e certo para aqueles que não estão na carreira acadêmica.

Se a Universidade reconhece a diferenciação entre professores, expressamente, não tem porque não aceitar que os profissionais não vinculados à carreira acadêmica, que não são pesquisadores e nem cientistas de profissão, possam apresentar o seu curriculum vitae sem a padronização da plataforma Lattes, em respeito às suas próprias carreiras profissionais. Trata-se inclusive de evitar que um não acadêmico ou um não pesquisador pratique fraude e/ou incorra no crime de falsidade ideológica.

Na defesa de seu próprio currículo, o professor Luiz Carlos Ramos afirma o seguinte: "Tenho 51 anos seguidos de atividade em jornais, revistas, rádios e TVs,

sou o atual Diretor de Jornalismo da Rádio Capital e colaborador da Rádio 9 de Julho. Sou professor na PUC há 26 anos e no Curso do Estádio há 15 anos. Nada tenho contra os que mantêm o Lattes atualizado, algo fundamental para mestres e doutores de carreira acadêmica, profissionais tão úteis aos cursos. No entanto, o professor com vivência no Jornalismo do dia a dia deve ter outro tipo de currículo, a ser medido pelas experiências em redação e em coberturas nacionais e internacionais, ponto de partida para transmitir suas técnicas e sua cultura aos alunos e futuros jornalistas."

No capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal não apenas assegura o livre exercício profissional, o direito de fazer ou deixar de fazer senão em virtude de lei, mas também a inviolabilidade da imagem das pessoas. No caso, a opção pelo curriculum vitae tem tudo a ver com a livre opção profissional de cada um e com a preservação da imagem e da identidade pública que cada um quer ter para si. Qual o sentido da obrigatoriedade e da imposição totalitária?

Temos a esperança de que a direção da Faficla e o Conselho de Fundação entendam os nossos argumentos e compreendam que muito acima das eventuais exigências burocráticas inexplicáveis estão os valores maiores da Universidade, entre os quais a riqueza da diversidade, a liberdade de expressão política e filosófica e a convivência civilizada com a pluralidade democrática. Sem isso, a Universidade será apenas um enorme deserto da mesmice e da mediocridade.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor

GAUCHE NA VIDA

A adaga dos covardes ou o limite da imbecilidade direitista

Mauro Iasi

O equilíbrio do governo de pacto social sempre foi difícil, uma vez que supõe poder conciliar o que é inconciliável, isto é, os interesses de classe opostos de trabalhadores e burgueses. A engenharia possível pressupõe uma certa estabilidade econômica e uma governabilidade negociada por meio de cargos no governo, favorecimentos eleitorais e emendas ao orçamento para responder aos lobbies por trás (pela frente e por todos os lados) dos digníssimos parlamentares eleitos, e se completa com a ação de governo que garante as condições para a acumulação de capitais em proporções adequadas. Enquanto isso, acena aos trabalhadores com a miragem da inserção na sociedade de mercado via garantia dos níveis de emprego e salário, acesso ao crédito e programas compensatórios de combate às manifestações mais agudas da miséria absoluta. O mais importante é que funciona enquanto a burguesia deseje que funcione.

Por um tempo funcionou e reconduziu os governos petistas em três mandatos consecutivos. O quarto mandato chegou de raspão com o país dividido praticamente ao meio. Um Congresso Nacional ainda mais conservador, uma oposição fortalecida e um PMDB como fiel da balança e representando a condição, mais que nunca, para a governabilidade. Uma receita para a instabilidade, toda a negociação anterior e durante a campanha eleitoral se torna insuficiente. O PMDB exige mais espaço (Lula se apressa em afirmar que concorda com o pleito), mas também mais protagonismo e mais independência. Ganha a presidência da Câmara com Cunha e endurece a negociação sobre a composição do governo

e o orçamento, abrindo margem para chantagear a presidência.

Aqui o primeiro blefe. O PMDB tem a vice-presidência e vários ministérios-chaves. Controla um quinhão invejável no segundo e terceiro escalões, governos de estado que, por sua vez, dependem de projetos e verbas federais, assim como de favores eleitorais dos mais diversos. Tem poucas chances de um voo solo como alternativa e suas chances estão ligadas ao sucesso do governo que enfraquece para negociar melhor.

O PSDB, historicamente bradando contra o governo com o cacife de uma oposição que garfou mais de 48% dos votos no último pleito, também se encontra em posição problemática. Não pode atacar o governo pelas medidas impopulares assumidas, pois as defendeu abertamente na campanha. Da mesma forma, tampouco pode se dar ao luxo de se contrapor à linha geral da condução da economia e do Estado, pois, no essencial, respeita os compromissos macroeconômicos, a premissa sacrossanta do superávit primário, a lógica privatista e mercantilizadora da vida... Escolheu a centralidade dos escândalos e da corrupção, mas, convenhamos, é um terreno em que o PSDB não tem só o telhado de vidro, mas uma casa todinha de vidro. Basta lembrar a forma como foi feita a privatização das telecomunicações sob a batuta do falecido Serjão, a entrega da Vale do Rio Doce, as contas não tão secretas em paraísos fiscais, para não falar do metrô de São Paulo e outras aventuras conhecidas.

Eis o segundo blefe. Alardeia-se o combate à corrupção, torcendo para que a apuração rigorosa e profunda, “doa a quem doer”, não chegue muito perto da mão que acusa, como o caso do HSBC parece indicar. Se o caos interrom-

per o mandato da presidente e gerar dividendos eleitorais ao PSDB, ótimo para eles, mas não se pode fritar muito de modo que a fumaça não sufoque a todos na cozinha do Estado burguês. Qualquer alternativa de governo do PSDB passa pela negociação com o PMDB. Daí o dilema: como queimar a gordura do PT sem tostar o bife do PMDB?

O governo, um tanto quanto desorientado, pois julgava que bastava a mera repetição do mesmo procedimento anteriormente exercitado e uma base sólida no Congresso para escapar do pior da crise, tateia erráticamente. Antes das eleições, sua prioridade era recompor uma base e compensar as defecções, como as de PSB e PTB, mas, prioritariamente, mostrar-se confiável aos financiadores de campanha: as empreiteiras, os bancos, os industriais, o agronegócio, em suma, os donos do governo. As alianças, o programa e o perfil da campanha não deixaram margem à dúvida desta prioridade.

No entanto, a polarização da campanha contra o PSDB (Marina foi um episódio inflado que não se manteve) obrigou os petistas a desenterrar o discurso da luta entre ricos e pobres, do fantasma do passado e, na reta final, produzir um factóide diversionista, segundo o qual se trata de um embate de projetos que contrapunha, de um lado, uma direita privatista, que atacaria os direitos dos trabalhadores e reverteria as “conquistas” alcançadas, e, de outro, uma proposta progressista que enfrentaria a crise com crescimento (o que implicava, por sua vez, a manutenção da generosa ajuda aos capitalistas) e não realizaria ataques aos direitos dos trabalhadores.

O problema é que, passadas as eleições, os setores sociais e movimentos populares, que generosamente se dispuseram a vo-

tar na candidata “mais progressista” para evitar a direita, se viram diante do constrangimento de um governo que se moveu rapidamente para implementar tudo aquilo que a direita perversa propôs. Os movimentos sociais e populares já tinham cumprido sua função, agora era o momento da incrível arte do pragmatismo político, no qual o governo do PT tinha de gerar as condições para manter-se no governo até o final e, quem sabe, um próximo mandato. Nesta direção, era necessário recompor a base, acertar a vida com o Congresso e tomar medidas amargas contra os trabalhadores para garantir a continuidade da política de superávits primários e a sangria de recursos do fundo público para o capital financeiro.

Isso gerou um descontentamento muito grande, mas aqui fico na incômoda posição de defender a presidente Dilma. Ela falou que ia fazer isso, era óbvio que faria. Os setores sociais que apostaram, com razões louváveis e algumas até justificadas, nesta opção estão descontentes com a imagem que criaram, e não com o real efetivo. Acontece com torcidas de futebol, com relacionamentos amorosos... Acontece também com projetos políticos.

Mauro Iasi é professor da UFRJ e membro do Comitê Central do PCB.

A íntegra desse artigo está no site da Boitempo Editorial - <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.



TALITHA ARRUDA

Manifestação dos professores no vão livre do MASP que reuniu 60.000 pessoas

Campanha da Constituinte define ações para 2015

No dia 06 de março, 80 representantes de 18 estados se reuniram em São Paulo na VI Plenária Nacional do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político brasileiro. O encontro definiu o Plano de Ação Nacional para 2015, assim como delimitou alguns desafios para o próximo período da Campanha, entre eles lutar pelo fim do financiamento empresarial de campanha política.

Nesse sentido, no dia 02 de abril, aconteceu um ato em Brasília que terá como palavra de ordem "Devolve, Gilmar", em relação ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que está atrasando em 363 dias o julgamento do fim do financiamento privado às campanhas. Além disso, o movimento também está organizando aulas públicas, manifestações e encontros para os próximos meses.

Cordão da Mentira de novo nas ruas de São Paulo

O Cordão da Mentira foi de novo às ruas no dia 1º de abril para realizar mais um desfile/escracho. Desta vez o "homenageado" foi o Golpe Militar de 1964 que no dia 1º completou 51 anos de retrocesso. O Bloco saiu do Largo General Osório e percorreu as ruas do centro da cidade de São Paulo.

Reunião entre professores do estado e governo termina sem acordo

A reunião entre o Sindicato dos Professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e a Secretaria Estadual da Educação (SEE) terminou sem acordo na tarde de segunda-feira, 30/03. Segundo informe da Apeoesp, o governo não apresentou nenhuma proposta salarial à categoria, que se encontra em greve há três semanas. Também não houve avanços concretos nos demais pontos reivindicados e, portanto, a paralisação continua.

No encontro, a presidenta da Apeoesp, Maria Izabel Noronha, continuou pressionando pela necessidade de

um plano para aumento de 75,33% no salário dos professores. Acerca disso, o Secretário disse que somente após estudar o orçamento e o comportamento da arrecadação no mês de abril é que poderá discutir tal pauta.

A Apeoesp cobrou ainda a implantação da jornada do piso, enquanto o secretário utilizou como argumento o fato de já haver um processo judicial cobrando a implantação da lei – promovida pelo próprio sindicato, uma vez que o governo não cumpriu a lei.

Em relação aos professores da categoria "O", o sindicato cobrou o fim da qua-

rentena e da duzentena. O secretário afirmou que há saída para que seja mantida apenas a quarentena, fazendo a Apeoesp reivindicar uma nova forma de contratação, que assegure direitos.

Também foram cobradas providências para a garantia de condições de trabalho nas escolas, agilização dos processos de aposentadoria, aumento do valor do vale alimentação, entre outras pautas.

AAPROPUC manifestou a sua solidariedade aos professores em greve entendendo que suas reivindicações representam os anseios de melhores condições de trabalho de toda categoria.

PEC da maioria penal é aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou, na terça-feira, 31/03, a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que visa reduzir a maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos. Por enquanto, a CCJ apenas examinou a legalidade da PEC. Agora, a Câmara criará uma comissão especial que estudará o conteúdo da proposta.

Diversas organizações defensoras dos direitos humanos e

movimentos sociais posicionam-se contrárias a qualquer ação nesse sentido. Entre eles, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que havia soltado uma nota poucos dias antes, no sábado, 28/3, contextualizando os motivos de seu repúdio à PEC.

"O MTST é radicalmente contrário à redução da maioria penal. Com ela, avançam os ataques aos trabalhadores, negros, jovens e moradores de periferia. Os mesmos fatores que nos chi-

coteavam para agradecer seus senhores, travestem-se e, agora, querem ampliar sua perseguição contra nossa gente. Iremos às ruas contra a PEC 171 e o genocídio da população mais pobre", afirma a nota.

Na internet circula um abaixo assinado contra a redução da maioria penal. As adesões podem ser feitas em https://secure.avaaz.org/po/petition/Camara_dos_Deputados_Pedimos_pela_inadmissibilidade_da_PEC_17193/?dlijmjb

ROLA NA RAMPA

"Desconstrução de um sonho" à venda na APROPUC

O livro "Desconstrução de um sonho", de Paulo Cesar Sampaio, que foi lançado no último dia 26 na APROPUC, está disponível para compra na sede da entidade, na rua Bartira, 407 e custa R\$ 30. O livro trata do sofrimento imposto às pessoas que cometem delitos, por estarem com transtornos mentais, são absolvidas e cumprem suas absolvições em Hospitais de Custódia. Além de se-

rem tratadas inadequadamente, são vítimas de abusos e maus tratos em um sistema que já foi comparado com a Súcursal do Inferno. O livro busca também mostrar um caminho para um tratamento humanizado destas pessoas, com o objetivo de reinseri-las na sociedade em condições de viver com dignidade, conscientes de seus transtornos e sem colocar em risco a sociedade ou a sua vida.

Reunião do Grupo de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Humano

O Grupo de Pesquisa sobre Política para o Desenvolvimento Humano, em conjunto do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e o Departamento de Economia, realizam a segunda reunião do semes-

tre no dia 13/4, às 11h30, na sala 137. O tema debatido desta vez é "O mercado de trabalho no Brasil: evolução e perspectivas", com Ademir Figueiredo, do Dieese. Não é necessário se inscrever para participar.

Estudantes protestam contra adeptos de novo golpe militar

Após sabbatina da imprensa paulistana com grupos como o SOS Ditadura, que pedem que os militares retornem ao poder no Brasil, estudantes da universidade promoveram um escracho aos representantes dos grupos na saída do Tucarena. Os estudantes gritaram palavras de ordem e explicaram à imprensa, ainda

presente, que pedir a volta da Ditadura era, além de ilegal conforme a Constituição Federal, uma afronta ao histórico do local onde acontecia o evento: o TUCA foi palco de resistência histórica de estudantes da PUC-SP e outros grupos que lutavam pela volta da democracia durante o governo militar no Brasil.

PROFESSOR,

Se você tem direito à dívida relativa ao dissídio de 2005 deve se cadastrar no endereço eletrônico

http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp

Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%"



08
ABRIL
2015

UMA PERSPECTIVA TRÁGICA: POLÍTICA E PODER EM SHAKESPEARE

AUDITÓRIO 100A - PUC-SP
19:00 - 22:00H

PALESTRANTE
DR. MIGUEL CHAIA
NEAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS EM ARTE, MÍDIA E POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS / PUC-SP

COORDENADORA
DRA. MARIA BEATRIZ ABRAMIDES
NEAM
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM APROFUNDAMENTO MARXISTA - PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL / PUC-SP

APROPUC

CRÉDITO DE IMAGEM: JULIANA ABRAMIDES

Crise hídrica é tema de debate na PUC-SP

Nesta quarta-feira, 8/4, às 19h30, no auditório 100, acontece o debate Direitos Sociais no capitalismo em crise: a saúde e recursos hídricos. A mesa contará com as presenças dos professores Áquilas Mendes, Economia, Fernando Coneau, representante do Fórum Popular de Saúde, Denise Manfil, da Plenária Estadual da

Água, Maria do Socorro Reis Cabral e Beth Rico, do curso de Serviço Social e Eliza Zeneratto, do curso de Psicologia. O evento é uma promoção do Núcleo Qualidade de Vida e Saúde, Núcleo Questão Urbana, Cidades e Meio Ambiente, do curso de Serviço Social e do Núcleo de Políticas Públicas do curso de Psicologia.

Grupo de Política Econômica da FEA reúne-se nesta semana

O Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento e Política Econômica tem reunião marcada para segunda-feira, 06/04/2015 às 17h00 na Sala 130A da FEA-PUCSP. A discussão girará em torno apresentação de projetos sobre Economia Monetária e Internacional

pelo Prof. Dr. Luis Niemeyer do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e - Políticas Macroeconômicas para o Desenvolvimento pelo Prof. Dr. Antonio C. de Lacerda Coordenador do DEPE, do PEPGEP e professor do Depto. de Economia.